



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

1732023717

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Tribunal Regional Eleitoral – TRE

CARGO:

Analista Judiciário

ESPECIALIDADE:

Área Judiciária

MODELO/BANCA:

Grancursos

EDITAL:

Pós-Edital

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

3/2023

Gramática e Interpretação de Texto

Fidelis Almeida

Atenção: para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Fala

Rubem Alves

¹ Kierkegaard, filósofo dinamarquês, o primeiro que li, observou que toda fala contém duas coisas. Primeiro, aquilo que se diz, a mensagem que devo comunicar. Segundo, uma música, um jeito de falar, andamento, os pianíssimos, os fortíssimos. ⁵ Para ele, é na música da fala que nós moramos, é ali que se encontra a nossa alma. Uma mesma mensagem pode ser dita ao som dos tambores ou do oboé. Lendo Kierkegaard aprendi isso intelectualmente. Na minha prática de psicanalista aprendi isso existencialmente. Eu tinha uma paciente que falava num dia em tom maior, no outro, em tom menor. Só de ouvir a música da sua fala, sem prestar atenção naquilo que ela estava dizendo, eu sabia como estava a sua alma. ¹⁰ (É importante que um terapeuta não preste muita atenção naquilo que o seu cliente diz, a fim de ouvir aquilo que ele não diz...) Moramos na música das palavras. Somos amados não pelo que dizemos, mas pela música com que o dizemos. Preste atenção na sua música. Se a sua música não tiver pausas mansas, isso é sinal de que você é um chato que não deixa o outro falar nem ouve o que ele tem para dizer. Deveria haver uma terapia que ajudasse as pessoas a mudar a música de sua fala. ¹⁵ Se conseguir mudar a música da sua fala, você ficará diferente. Isso é especialmente importante para os professores, para os pais, para os amantes... Só por curiosidade, ligue a sua televisão num programa em que algum deputado esteja discursando. ²⁰ Como eles gritam e sacodem o dedo! São tão eloquentes... Quando você for procurar um candidato a qualquer cargo eletivo, não preste atenção no que ele diz, porque todos eles dizem a mesma coisa. ²⁵ Preste atenção na música da sua fala... ³⁰ ³⁵

Fonte: Rubem Alves. *Ostra feliz não faz pérola*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014.

- Segundo o autor, a mudança na música da fala é especialmente importante para os professores e os pais porque
 - são pessoas que falam bastante para outras pessoas, o que exige muita técnica de persuasão.
 - são pessoas que ensinam, portanto, ao mudar a música de sua fala, também mudarão o modo como são vistos.
 - são pessoas que devem deixar um exemplo, um legado que possa ser continuado pelas pessoas a quem eles ensinam.
 - a música da fala é um aspecto que melhora a autoimagem de professores e pais respectivamente diante de seus alunos e filhos.
- O trecho “É importante que um terapeuta não preste muita atenção naquilo que o seu cliente diz, a fim de ouvir aquilo que ele não diz [...]” (l.15-18) significa que
 - ao paciente o terapeuta não deve demonstrar que presta atenção no que ele diz, pois aquele se sentirá incomodado, o que prejudica a investigação do seu problema.
 - o terapeuta deve se concentrar em perceber os fatos que o paciente deixa subentendidos em sua fala, pois assim consegue captar emoções ocultas.
 - o modo como o paciente faz seus relatos ao terapeuta é mais importante do que aquilo que ele efetivamente expressa, pois revela seu estado de alma.
 - o terapeuta deve observar se o paciente está omitindo alguma informação importante em seu relato, porque geralmente as ideias suprimidas são essenciais para a análise terapêutica.
- Considerando o contexto a que o trecho pertence, seu sentido é traduzido adequadamente em:
 - “Para ele, é na música da fala que nós moramos [...]” (l.6) = Segundo ele, a música da fala revela o lugar em que residimos...
 - “Na minha prática de psicanalista aprendi isso existencialmente.” (l.10-11) = No meu trabalho com a psicanálise, aprendi isso em minha existência.
 - “Se a sua música não tiver pausas mansas [...]” (l.21-22) = Se o seu modo de falar não possui pausa suaves...
 - “Preste atenção na música da sua fala [...]” (l.35) = Perceba seu modo musical de falar...

4. “Quando você for procurar um candidato a qualquer cargo eletivo, não preste atenção no que ele diz, porque todos eles dizem a mesma coisa.” (l.32-35)
Vertendo-se as formas verbais destacadas para a voz passiva analítica, elas terão respectivamente as seguintes formas:
- ser procurado – é dita
 - procurar-se – são ditos
 - são procurados – diz-se
 - for procurado – é dita
5. Assinale a opção em que se deve flexionar no plural o verbo que se encontra entre parênteses.
- A palavra e o vocábulo (revelar) muitas coisas sobre quem fala.
 - Sacudir o dedo (ser) coisa típica de quem não presta atenção a si mesmo.
 - O psicólogo ou o psicanalista (ser) o diretor da futura escola que ensinará às pessoas a mudança da música de suas falas.
 - (Dever) existir pausas mansas e suave cadência na fala de quem deseja ser compreendido.
6. Observe as frases a seguir:
- I – A mensagem é o aspecto mais evidente da fala.
II – A música da fala é o aspecto que revela onde moramos.
III – Ninguém observa a música da fala.

Um modo coerente de unir essas três frases em apenas uma única, realçando-se as relações semânticas que existem entre elas, é:

- A mensagem é o aspecto mais evidente da fala, conforme a música é o aspecto que revela onde moramos, apesar de ninguém observar a música da fala.
- Embora ninguém a observe, a música da fala é o aspecto que revela onde moramos, porém a mensagem é o seu aspecto mais evidente.
- Ninguém observa a música da fala, porquanto é o aspecto que revela onde moramos, ainda que seja o seu aspecto mais evidente.
- A mensagem é o aspecto mais evidente da fala, à proporção que a música da fala é o aspecto que revela onde moramos, mesmo que ninguém a observe.

7. Está de total acordo com os preceitos da pontuação em Língua Portuguesa a frase:
- O primeiro filósofo que o autor leu Kierkegaard, foi decisivo em sua maneira de enxergar seu trabalho na psicanálise.
 - Pode-se dizer uma mesma mensagem ao som de tambores (ou de oboé), aspecto que revela ser essencial o modo de articulá-la.
 - Embora se pense que aquilo que dizemos desperta o amor, por nós, é a música que temos em nossa fala a verdadeira causa.
 - Quando você procurar um candidato; não preste atenção no que ele diz, senão ao modo como diz.
8. Assinale a opção em que as três formas verbais apresentam as mesmas flexões de tempo e modo.
- “li” (l.2) – “moramos” (l.6) – “tinha” (l.11)
 - “aprendi” (l.9) – “estava” (l.14) – “Deveria” (l.24)
 - “deixa” (l.23) – “sacodem” (l.31) – “dizem” (l.34)
 - “ficará” (l.26) – “ligue” (l.29) – “esteja” (l.30)

Atenção: para responder às questões de números 9 a 15, baseie-se no texto abaixo.

O texto abaixo é um fragmento da obra *Os Sertões*, do grande escritor Euclides da Cunha. Nela, relata-se a destruição do arraial de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro.

- ¹ Um negro, um dos raros negros puros que ali havia, preso em fins de setembro, foi conduzido à presença do comandante da 1.ª coluna, general João da Silva Barbosa. Chegou arfando, exausto
- ⁵ da marcha aos encontrões e do recontro em que fora colhido. Era espigado e seco. Delatava na organização desfibrada os rigores da fome e do combate. A magreza alongara-lhe o porte, ligeiramente curvo. A grenha, demasiadamente crescida,
- ¹⁰ afogava-lhe a fronte estreita e fugitiva; e o rosto, onde o prognatismo se acentuara, desaparecia na lanugem espessa da barba, feito uma máscara amarrotada e imunda. Chegou em cambaleios. O passo claudicante e infirme, a cabeça lanzuda, a
- ¹⁵ cara exígua, um nariz chato sobre lábios grossos, entreabertos pelos dentes oblíquos e saltados, os olhos pequeninos, luzindo vivamente dentro das órbitas profundas, os longos braços desnudos, oscilando — davam-lhe a aparência rebarbativa de
- ²⁰ um orango valetudinário.
- Não transpôs a couceira da tenda.
Era um animal. Não valia a pena interrogá-lo.

O general de brigada João da Silva Barbosa, da rede em que convalescia de ferimento recente, fez um gesto. Um cabo de esquadra, empregado na comissão de engenharia e famoso naquelas façanhas, adivinhou-lhe o intento. Achevou-se com o braço. Diminuto na altura, entretanto, custou a enleá-lo ao pescoço do condenado. Este, porém, auxiliou-o tranquilamente; desceu o nó embaralhado; enfiou-o pelas próprias mãos, jugulando-se. . .

Perto, um tenente do estado-maior de primeira classe e um quintanista de medicina contemplavam aquela cena.

E viram transmudar-se o infeliz, apenas dados os primeiros passos para o suplício. Daquele arcabouço denegrido e repugnante, mal soerguido nas longas pernas murchas, despontaram, repentinamente, linhas admiráveis — terrivelmente esculturais — de uma plástica estupenda.

Um primor de estatuária modelado em lama.

Retificara-se de súbito a envergadura abatida do negro aprumando-se, vertical e rígida, numa bela atitude singularmente altiva. A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retraíram dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobrançeria fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, iluminou-lhe a frente. Seguiu impassível e firme; mudo, a face imóvel a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito uma estátua, uma velha estátua de titã, soterrada havia quatro séculos aflorando, denegrída e mutilada, naquela imensa ruína de Canudos. Era uma inversão de papéis.

Uma antinomia vergonhosa. E estas coisas não impressionavam...

Fonte: Euclides da Cunha. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Texto adaptado.

9. Ao longo do texto, o narrador apresenta mudanças que o aspecto físico do negro supliciado à força vai assumindo. Assinale a opção em que o trecho não expressa essa mudança.

- a. “O passo claudicante e infirme, a cabeça lanzuda, a cara exígua, um nariz chato sobre lábios grossos, entreabertos pelos dentes oblíquos e saltados, os olhos pequeninos, luzindo vivamente dentro das órbitas profundas, os longos braços desnudos, oscilando — davam-lhe a aparência rebarbativa de um orango valetudinário.” (l.13-20)

- b. “Daquele arcabouço denegrido e repugnante, mal soerguido nas longas pernas murchas, despontaram, repentinamente, linhas admiráveis — terrivelmente esculturais — de uma plástica estupenda.” (l.36-40)
- c. “Retificara-se de súbito a envergadura abatida do negro aprumando-se, vertical e rígida, numa bela atitude singularmente altiva.” (l.42-44)
- d. “A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retraíram dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobrançeria fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, iluminou-lhe a frente.” (l.44-48)

10. Considerando-se o texto anterior, sabe-se que ele constitui predominantemente um texto de tipologia

- a. narrativa.
b. injuntiva.
c. descritiva.
d. argumentativa.

11. No trecho “[...] foi conduzido à presença do comandante [...]” (l.2-3), o emprego do sinal indicativo de crase se deve

- a. à existência de uma locução adverbial cujo núcleo é palavra do gênero feminino (“presença”).
b. à fusão da preposição “a”, regida por “conduzido”, ao artigo “a”, determinante de “presença”.
c. à existência de uma locução prepositiva cujo núcleo é palavra do gênero feminino (“presença”).
d. à existência do adjunto adverbial “à presença do comandante”.

12. São graficamente acentuados segundo a mesma regra de acentuação gráfica:

- a. “máscara” (l.12) – “retraíram” (l.45)
b. “exígua” (l.15) – “interrogá” (l.22)
c. “enleá” (l.29) – “estátua” (l.51)
d. “próprias” (l.31) – “admiráveis” (l.39)

13. Assinale a opção em que não há correspondência semântica entre a expressão do texto e a proposta de substituição.

- a. “espigado” (l.6) – comprido
b. “claudicante” (l.14) – vacilante
c. “convalescia” (l.24) – descansava
d. “soerguido” (l.37) – levantado

14. Considere os trechos seguinte:

- I – “Não transpôs a couceira da tenda.” (l.21)
- II – “O general de brigada João da Silva Barbosa, da rede em que convalescia de ferimento recente, fez um gesto.” (l.23-25)
- III – “Perto, um tenente do estado-maior de primeira classe e um quintanista de medicina contemplavam aquela cena.” (l.32-34)

Conservando-se a correção gramatical, os segmentos sublinhados podem ser substituídos respectivamente por:

- a. transpo-la – fez-lhe – contemplavam-a
- b. transpôs-lhe – lhe fez – contemplavam-lhe
- c. lhe transpôs – lho fez – lhe contemplavam
- d. a transpôs – fê-lo – contemplavam-na

15. Considere o trecho seguinte:

“Delatava na organização desfibrada **os rigores da fome e do combate**.” (l.6-8)

Observado o contexto, o termo nele destacado exerce a mesma função sintática que o pronome relativo sublinhado em:

- a. “Um negro, um dos raros negros puros que ali havia, preso em fins de setembro [...]” (l.1-2)
- b. “Chegou arfando, exausto da marcha aos encontros e do reconto em que fora colhido.” (l.4-6)
- c. “O general de brigada João da Silva Barbosa, da rede em que convalescia de ferimento recente [...]” (l.23-24)
- d. “A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retraíram dilatando o peito [...]” (l.44-45)

Noções de Informática

Maurício Franceschini

16. Assinale qual das seguintes alternativas a seguir é uma funcionalidade do Explorador do Windows 10.

- a. Edição de texto.
- b. Gerenciamento de dispositivos Bluetooth.
- c. Visualização em miniaturas.
- d. Criação de planilhas.

17. Assinale qual das seguintes alternativas melhor descreve a função do DNS na Internet.

- a. Criptografia de dados de navegação.
- b. Identificação de erros de rede.
- c. Tradução de nomes de domínio em endereços IP.
- d. Compressão de arquivos transferidos.

18. Assinale dos seguintes termos se refere à garantia de que os dados e informações estão completos, precisos e protegidos contra alterações não autorizadas.

- a. Disponibilidade.
- b. Integridade.
- c. Confidencialidade.
- d. Autenticidade.

19. Assinale qual dos seguintes termos se refere a um tipo de software malicioso que é projetado para coletar informações sobre a atividade do usuário sem o seu conhecimento ou consentimento.

- a. Spyware
- b. Vírus
- c. Worms
- d. Trojan

20. Assinale qual das seguintes opções descreve corretamente a função MÉDIASE do Microsoft Excel.

- a. Calcula a média aritmética dos valores de uma coluna, considerando apenas aqueles que atendem a vários critérios fornecidos pelo usuário.
- b. Calcula a média aritmética dos valores de uma coluna, considerando apenas aqueles que atendem a apenas um critério fornecido pelo usuário.
- c. Calcula a média geométrica dos valores de uma coluna, ignorando aqueles que atendem a determinados critérios.
- d. Calcula a média geométrica dos valores de uma coluna, considerando apenas aqueles que atendem a determinados critérios.

21. Assinale qual das seguintes opções é uma funcionalidade do MS Word 365 que permite criar índices de conteúdo do documento automaticamente com base nos estilos de parágrafo utilizados ao longo do texto.

- a. Sumários automáticos.
- b. Índice remissivo.
- c. Índice de legenda.
- d. Referência cruzada.

Normas Aplicáveis Aos Servidores Públicos Federais

Eduardo Galante

- 22.** Nos termos da Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, assinale a alternativa correta.
- A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação válida.
 - A posse ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação da nomeação.
 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
 - A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, sem ressarcimento de todas as vantagens.
- 23.** Em conformidade com a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, marque a alternativa correta.
- Transferência é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório por período superior a 15 (quinze) dias para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e ajuda de custo destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.
 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- 24.** Nos termos da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aponte a alternativa correta.
- São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, quando representados e os maiores de dezoito anos de forma irrestrita, desde que cumpridos os requisitos legais.
 - Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
 - A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
 - O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- 25.** Relativamente à Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, marque a alternativa correta.
- Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
 - Aplica-se a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação.
 - No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 2 (dois) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão integrada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
 - Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

26. Conforme previsto na Lei n. 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, aponte a alternativa correta.

- a. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- b. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa ou culposa que viole os deveres de honestidade, da ética, de imparcialidade e de legalidade.
- c. Configurar-se-á improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo desnecessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
- d. Qualquer cidadão poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

27. Nos termos da Lei n. 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, assinale a alternativa correta.

- a. Cada órgão destinará, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, podendo designar-se para as restantes servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que não integrem essas carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento.
- b. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas obrigatoriamente por servidores com formação superior.
- c. O ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á no primeiro padrão da classe “A” respectiva, após aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos.
- d. O desenvolvimento dos servidores nos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á mediante ascensão funcional e progressão.

Estatuto da Pessoa com Deficiência Carlinhos Costa

28. A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, previu como direitos fundamentais da pessoa com deficiência o direito

- a. ao processo de habilitação e de reabilitação, como direito ligado à vida.
- b. a participação da pessoa com deficiência na elaboração das políticas de saúde a ela destinadas, como direito ligado à vida.
- c. o desenho universal tomado como regra de caráter geral, como direito ligado à vida.
- d. o indispensável consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica, como direito ligado à vida.

29. Em relação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência e o capítulo destinado a igualdade e da não discriminação:

- a. A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- b. São considerados especialmente vulneráveis a criança, a gestante e o idoso, com deficiência.
- c. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, exceto no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.
- d. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas no estatuto da pessoa com deficiência, devem de ofício instaurar processo para averiguação.

30. A Lei n. 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), define barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. Que podem ser classificadas em:

- a. Urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.
- b. Urbanísticas, territoriais, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.

- c. Urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, sociais e técnicas.
- d. Urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas vias, atitudinais e tecnológicas.

Direito Constitucional

Fabício Rodrigues

- 31.** Não é fundamento da República Federativa do Brasil:
- a. A soberania
 - b. A cidadania.
 - c. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - d. O unipartidarismo.
- 32.** Considerando os direitos políticos, à luz da sistemática constitucional, assinale a alternativa correta.
- a. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até quatro meses antes do pleito.
 - b. São elegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - c. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - d. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- 33.** Quanto à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.
- a. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - b. Os Territórios Federais não integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei específica.
- 34.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. No caso em análise, ausente o ente federativo município.
- d.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- 34.** São cláusulas pétreas, de acordo com a doutrina, o entendimento do Supremo Tribunal Federal e o Constituição da República de 1988, exceto:
- a. A Defensoria Pública.
 - b. Os direitos e garantias individuais.
 - c. A separação dos poderes.
 - d. A forma republicana.
- 35.** No que diz respeito ao estatuto constitucional da Defensoria Pública, assinale a opção correta.
- a. A alteração do art. 134 da CF pela EC n. 80/2014 concedeu aos defensores públicos a garantia da vitaliciedade, que é adquirida após três anos de exercício, ficando a perda do cargo, após esse período, dependente de sentença judicial transitada em julgado.
 - b. A Constituição Federal assegura aos defensores públicos aprovados em concurso público de provas e títulos estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho e relatório circunstanciado das corregedorias.
 - c. À Defensoria Pública não se aplicam os mesmos princípios institucionais atribuídos ao Ministério Público pela Constituição Federal, quais sejam, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - d. Aos defensores públicos é assegurada, pela Constituição Federal, somente a garantia da inamovibilidade.
- 36.** O Chefe do Poder Executivo foi acusado de ter se omitido em dar cumprimento à ordem constitucional, tendo em vista que, nos últimos três anos, não encaminhou o projeto de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo e das demais estruturas estatais de poder, em desobediência ao disposto no inciso X do art. 37 da CF/1988. Nesse caso, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o Chefe do Poder Executivo:

- a. Estava obrigado a encaminhar o projeto de revisão geral bianual apenas dos servidores do Poder Executivo.
 - b. Deve se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão, de modo a afastar o direito à indenização por parte dos servidores.
 - c. Estava obrigado a encaminhar o projeto de revisão geral anual dos seus servidores, que seria o limite a ser observado pelos servidores das demais estruturas.
 - d. Deu azo a uma omissão inconstitucional, que pode ser suprida por índice definido pelo Poder Judiciário, com base na inflação do período, conforme os indicadores oficiais.
- b. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
 - c. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, podem oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês subsequente ao vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
 - d. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Direito Administrativo

Evilásio Moura

- 37.** De acordo com a Lei n. 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos –, considera-se contrato:
- a. Todo acordo que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
 - b. Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.
 - c. A prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.
 - d. Todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- 38.** Acerca da Lei n. 8.987/1995 – Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos –, estão corretas todas as alternativas, exceto:
- a. Considera-se concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma
- que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- 39.** A Lei n. 9.784/1999 – Lei de Procedimento Administrativo –, em seu Capítulo 3, estabelece que são deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo, exceto:
- a. Expor os fatos conforme a verdade.
 - b. Agir de modo temerário.
 - c. Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
 - d. Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- 40.** A respeito dos atributos do ato administrativo, marque a alternativa que apresenta a definição correta.
- a. A presunção de legitimidade indica que os atos foram realizados em conformidade com a lei. Já a presunção de veracidade significa que os atos, por serem alegados pela administração, presumem-se verdadeiros. Por isso, para gerar celeridade aos processos, os atos produzem efeitos e são válidos até que se prove o contrário.
 - b. A autoexecutoriedade prevê que o ato administrativo deve estar definido em lei para que se torne apto para produzir determinados resultados.
 - c. A tipicidade estabelece que o ato pode ser executado independentemente de ordem judicial.
 - d. A imperatividade é um atributo previsto em todo ato administrativo, assim como a autoexecutoriedade. Já a presunção de legitimidade e a tipicidade estão previstos em alguns deles.

41. Não corresponde à definição dos bens públicos:
- Bens públicos de uso comum são bens destinados ao uso coletivo.
 - Bens públicos de uso especial são os lugares usados pela Administração para que se consiga atingir seus objetivos (repartições públicas).
 - Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado a que se tenha dado estrutura de direito público.
 - Bens públicos dominicais constituem o patrimônio do Estado.
42. Para Hely Lopes Meirelles “são todas as pessoas investidas no âmbito de um órgão ou entidade da administração pública, com competências executórias e tendo seus direitos e deveres sendo regulados por meio de uma lei, e não diretamente da Constituição”. Essa definição corresponde a:
- Agentes Administrativos.
 - Agentes Políticos.
 - Agentes Honoríficos.
 - Agentes Credenciados.
- Direito Eleitoral**
Weslei Machado
43. Consideradas as disposições contidas na Resolução-TSE n. 23.659/2021, o deferimento do pedido de transferência eleitoral depende do preenchimento dos seguintes requisitos, salvo:
- Apresentação do pedido de transferência até 100 dias antes da data da eleição.
 - Transcurso de, pelo menos um ano do alistamento ou da última transferência.
 - Tempo mínimo de três meses de vínculo com o Município, dentre aqueles aptos a configurar o domicílio eleitoral.
 - Regular cumprimento das obrigações eleitorais.
44. Considerando o entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta:
- A perda do mandato eletivo em razão da desfiliação partidária se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.
 - Considera-se intempestivo o recurso interposto antes da publicação da decisão recorrida.
 - Contra o recurso que discute, simultaneamente, condições de elegibilidade e de inelegibilidade, é cabível o recurso ordinário.
 - A carteira nacional de habilitação não gera a presunção de escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura.
45. Consideradas as disposições constitucionais sobre recursos eleitorais, será cabível a interposição de recurso especial eleitoral contra os acórdãos dos Tribunais Regionais Eleitorais ao Tribunal Superior Eleitoral quando:
- Forem proferidos contra disposição expressa da Constituição Federal.
 - Versarem sobre condições de elegibilidade, nas eleições estaduais e federais.
 - Versarem sobre inelegibilidades, nas eleições municipais.
 - Anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.
46. No dia da eleição, consideradas as disposições legais previstas na Lei n. 9.504/1997, não se considera crime:
- O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata.
 - A arrematação de eleitor.
 - A propaganda de boca de urna.
 - A publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos de campanhas eleitorais ou a manutenção em funcionamento das aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.
47. Constitui conduta vedada aos agentes públicos, servidores ou não, por serem tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nas eleições:
- Ceder ou usar, em benefício de partido ou coligação, bens imóveis pertencentes à Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios, ainda que para a realização de convenção partidária.
 - Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual do Poder Judiciário, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal.
 - Nomear servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, para cargo efetivo ou em comissão na Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - Comparecimento de candidato, nos três meses que antecedem as eleições, a inauguração de obras públicas.

48. Nas eleições para a Câmara Municipal do Município Alpha, estão em disputa nove cargos. Consideradas as disposições previstas na Lei n. 9.504/1997, cada partido poderá apresentar, no máximo:

- a. 3 candidatos homens e 6 candidatas mulheres.
- b. 6 candidatos homens e 12 candidatas mulheres.
- c. 3 candidatas mulheres e 7 candidatos homens.
- d. 5 candidatos homens e 9 candidatas mulheres.

49. Nas campanhas eleitorais, consideradas as regras sobre financiamento previstas na Lei das Eleições, para o primeiro turno das eleições, na distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, no seguinte patamar:

- a. 5%, divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral.
- b. 48%, divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.
- c. 15%, divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares.
- d. 35%, divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados, consideradas as legendas dos titulares.

50. Segundo o Código Eleitoral, não compete ao Tribunal Superior Eleitoral:

- a. Fixar a data das eleições para senadores e deputados federais, quando não o tiverem sido por lei.
- b. Os crimes eleitorais e os comuns conexos cometidos pelos juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c. Aprovar o afastamento do exercício de cargos efetivos dos juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d. Aprovar a divisão do Estado em zonas eleitorais ou a criação de novas zonas eleitorais.

Direito Civil

Carlos Elias

51. Assinale a opção correta.

- a. As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova, pois são apenas uma correção de uma lei já existente.
- b. As obrigações contraídas por uma pessoa, como as decorrentes de um contrato celebrado no exterior, são regidas pela lei do país de domicílio do devedor.
- c. O regime de bens do casamento obedece à lei do país em que houver a celebração do casamento.
- d. O direito de propriedade que um brasileiro possui sobre um imóvel situado em Genebra não será disciplinado pela lei brasileira.

52. Manoel tem 12 anos de idade. Assinale a alternativa correta.

- a. Se Manoel mentir a idade ao celebrar um contrato, ele não poderá pleitear a invalidade desse contrato, visto que o Código Civil textualmente coíbe essa conduta de má-fé.
- b. Manoel deverá ser considerado emancipado caso tenha economia própria por já exercer uma atividade profissional.
- c. Se os pais de Manoel forem destituídos do poder familiar, Manoel poderá ser submetido à tutela.
- d. Manoel é relativamente incapaz.

53. O prazo de prescrição da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa:

- a. 1 ano.
- b. 2 anos.
- c. 3 anos.
- d. 4 anos.

54. Assinale a alternativa correta.

- a. O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- b. Um contrato de execução instantânea pode ser objeto de resolução por onerosidade excessiva.
- c. Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, mesmo que de sua parte tenha agido com dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- d. As cláusulas resolutivas expressa e tácita operam de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.

55. NÃO são causas suspensivas para o casamento:
- O viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;
 - A viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal;
 - O divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal;
 - O fato de os cônjuges serem afins em linha reta.
56. À luz do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil dos incapazes é:
- Subsidiária, condicional, mitigada e equitativa.
 - Subsidiária, incondicional, mitigada e imparcial.
 - Solidária, condicional, agravada e imparcial.
 - Solidária, condicional, mitigada e equitativa.
57. Sobre competência no processo civil, assinale a alternativa correta.
- A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
 - Caso a alegação de incompetência seja acolhida, o juiz extinguirá o processo.
 - A incompetência relativa será alegada pela parte em preliminar de contestação, não podendo, na omissão, ser alegada pelo Ministério Público.
 - É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.
58. Sobre partes e procuradores, é incorreto afirmar:
- A União será representada pela Procuradoria Geral da República.
 - O juiz poderá de ofício reconhecer a falta de legitimidade e interesse, desde que ainda não tenha transitado em julgado o processo.
 - A massa falida será representada pelo administrador judicial.
 - Em caso de sucumbência parcial, os honorários dos advogados não podem ser compensados.
59. Sobre o juiz:
- Poderá dilatar os prazos processuais, mas não alterar a ordem de produção dos meios de prova.
 - Responde por perdas e danos, civil e diretamente, quando no exercício de suas funções proceder com dolo ou fraude.
 - O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.
 - Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, descabendo, no caso, penalidade de litigância de má-fé, que deve ocorrer mediante requerimento da parte lesada.
60. Sobre provas no processo civil, assinale a alternativa correta.
- O CPC revogou expressamente dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência quanto ao depoimento de pessoas interditas ou deficientes.
 - É vedado à parte provar com testemunhas nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.
 - O perito é ouvido preferencialmente por último, depois das partes e das testemunhas.
 - O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de firmar um termo de compromisso nos autos.
61. Sobre o julgamento parcial de mérito, analise as assertivas.
- I – A decisão que diz respeito apenas a parcela do processo, será impugnável por agravo de instrumento.
- II – A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto.
- III – A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá somente reconhecer a existência de obrigação líquida.

Nesse sentido, está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I, apenas.
- I e II, apenas.
- II e III, apenas.

62. Adélia ajuizou ação cumulando os pedidos de indenização por danos materiais e morais contra a empresa XLS serviços, alegando que houve desconformidade da prestação em relação ao contratado. Não houve autocomposição e a ré contestou. Analisando os argumentos, o juiz entende que os danos materiais e a irregularidade dos serviços se mostram incontroversos, mas o reconhecimento dos danos morais dependeria de produção de provas. Assim, o juiz decidiu parcialmente o feito e determinou prazo para que as partes especificassem as provas que pretendiam produzir. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a. A decisão do juiz possui natureza de sentença de mérito, apta a formar coisa julgada material.
- b. O juiz agiu indevidamente, visto que deveria julgar todos os pedidos em única sentença.
- c. Se não houvesse o pedido de danos materiais, o juiz poderia ter julgado antecipadamente o mérito, em função da desnecessidade de produção de outras provas.
- d. A decisão do juiz não está apta a formar coisa julgada, visto que não é possível que ela ocorra antes do trânsito em julgado do feito.

Direito Penal Wallace França

63. Consideradas as disposições contidas na Resolução-TSE n. 23.659/2021, o deferimento do pedido de transferência eleitoral depende do preenchimento dos seguintes requisitos, salvo:

- a. Apresentação do pedido de transferência até 100 dias antes da data da eleição.
- b. Transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- c. Tempo mínimo de três meses de vínculo com o Município, dentre aqueles aptos a configurar o domicílio eleitoral.
- d. Regular cumprimento das obrigações eleitorais.

64. Considerado o entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a. A perda do mandato eletivo em razão da desfiliação partidária se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.
- b. Considera-se intempestivo o recurso interposto antes da publicação da decisão recorrida.
- c. Contra o recurso que discute, simultaneamente, condições de elegibilidade e de inelegibilidade, é cabível o recurso ordinário.

d. A carteira nacional de habilitação não gera a presunção de escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura.

65. Consideradas as disposições constitucionais sobre recursos eleitorais, será cabível a interposição de recurso especial eleitoral contra os acórdãos dos Tribunais Regionais Eleitorais ao Tribunal Superior Eleitoral quando:

- a. Forem proferidos contra disposição expressa da Constituição Federal.
- b. Versarem sobre condições de elegibilidade, nas eleições estaduais e federais.
- c. Versarem sobre inelegibilidades, nas eleições municipais.
- d. Anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.

66. No dia da eleição, consideradas as disposições legais previstas na Lei n. 9.504/1997, não se considera crime:

- a. O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata.
- b. A arrematação de eleitor.
- c. A propaganda de boca de urna.
- d. A publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos de campanhas eleitorais ou a manutenção em funcionamento das aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.

67. Constitui conduta vedada aos agentes públicos, servidores ou não, por serem tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nas eleições:

- a. Ceder ou usar, em benefício de partido ou coligação, bens imóveis pertencentes à Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios, ainda que para a realização de convenção partidária.
- b. Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual do Poder Judiciário, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal.
- c. Nomear servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, para cargo efetivo ou em comissão na Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d. Comparecimento de candidato, nos três meses que antecedem as eleições, a inauguração de obras públicas.

68. Nas eleições para a Câmara Municipal do Município Alpha, estão em disputa nove cargos. Consideradas as disposições previstas na Lei n. 9.504/1997, cada partido poderá apresentar, no máximo:

- a. 3 candidatos homens e 6 candidatas mulheres.
- b. 6 candidatos homens e 12 candidatas mulheres.
- c. 3 candidatas mulheres e 7 candidatos homens.
- d. 5 candidatos homens e 9 candidatas mulheres.

Direito Processual Penal

Wallace França

69. O Código Eleitoral detém capítulo destinado ao processo penal eleitoral. Sobre o tema, é correto afirmar que o prazo para oferecimento da denúncia, quando cabível, é de:

- a. 05 dias.
- b. 10 dias.
- c. 15 dias.
- d. 20 dias.

70. No processo penal eleitoral, após serem ouvidas as testemunhas e realizadas as diligências, a acusação e defesa terá prazo para alegações finais, conforme disposição do Código Eleitoral, que será:

- a. Comum de 05 dias.
- b. Comum de 10 dias.
- c. De 10 dias para a acusação e 05 dias para a defesa.
- d. De 10 dias para a defesa e 05 dias para a acusação.

71. Paulo teve conhecimento de crime eleitoral. Sendo um cidadão que não suporta a prática de atos delituosos, fez consulta à Resolução de n. 23.640, de 29 de abril de 2021, a qual trata dos procedimentos processuais penais aplicáveis aos crimes eleitorais. Levando-se em consideração o caso narrado e as disposições da Resolução de n. 23.640, de 29 de abril de 2021, Paulo:

- a. Poderá, apenas de forma escrita, noticiar o fato à autoridade policial.
- b. Poderá noticiar o fato, de forma escrita ou verbal, à autoridade policial, todavia não é legitimado para receber essa comunicação o juiz eleitoral.
- c. O fato poderá ser noticiado, de forma escrita ou verbal, ao ministério público eleitoral.
- d. O fato poderá ser noticiado, de forma escrita ou verbal, ao ministério público eleitoral, mas poderá ser noticiado ao juiz eleitoral.

72. A Resolução de n. 23.640, de 29 de abril de 2021, disciplina alguns procedimentos a serem realizados durante a investigação criminal em sede de crimes eleitorais. Segundo a citada resolução, deverá ser concluído o inquérito se o indiciado estiver preso em _____ dias e se tiver solto em _____ dias. As lacunas estarão preenchidas corretamente se apresentarem os números de:

- a. 15 dias e 30 dias, respectivamente.
- b. 20 dias e 30 dias, respectivamente.
- c. 10 dias e 30 dias, respectivamente.
- d. 30 dias em ambos os casos.

73. Em razão de crime eleitoral, foi instaurado inquérito policial. Todavia, após as investigações, o inquérito foi arquivado por ausência de elementos mínimos para a propositura da ação penal. Levando-se em consideração o caso narrado e as disposições da Resolução de n. 23.640, de 29 de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- a. Havendo notícias de fatos novos, poderá o delegado de polícia realizar novas diligências.
- b. Mesmo que haja notícias de fatos novos, não poderão ser realizadas novas diligências.
- c. Veda-se a investigação, após o arquivamento do inquérito, em qualquer situação.
- d. Durante a investigação, o delegado de polícia é independente; assim, não poderá o Ministério Público requerer diligências.

74. Sobre a instauração do inquérito policial eleitoral, assinale a alternativa correta, de acordo com a Resolução de n. 23.640, de 29 de abril de 2021.

- a. Poderá ser instaurado de ofício pelo delegado de polícia e por requisição do Ministério Público eleitoral somente, mas não por determinação judicial.
- b. Somente poderá ser instaurado de ofício pelo delegado de polícia.
- c. Poderá ser instaurado por determinação da justiça eleitoral.
- d. Poderá ser instaurado de ofício pelo delegado de polícia e por determinação da justiça eleitoral, mas não por requisição do Ministério Público Eleitoral.

Noções de Administração Pública

José Wesley

75. Com base na teoria e administração neoclássica, existem quatro funções básicas da administração. A primeira e mais importante função é:

- a. o planejamento.
- b. a organização.
- c. a direção.
- d. a coordenação.

76. Em uma seleção interna, o TSE seleciona candidatos para um cargo que tem como atribuição a “avaliação e monitoramento do atendimento ao contribuinte”. Essa atribuição está diretamente relacionada à função:

- a. Dirigir.
- b. Planejar.
- c. Controlar.
- d. Coordenar.

77. A fim de promover mudanças na estrutura do TSE, um grupo de novos servidores sugeriu renovação na estrutura da organização, a fim de gerar maior coesão e comunicação entre as equipes de trabalho, bem como uma maior flexibilidade e adaptação aos projetos da instituição. Assinale a opção que indica o modelo de departamentalização mais relacionado à proposta dos novos servidores.

- a. Territorial/geográfico.
- b. Matricial.
- c. Clientes.
- d. Produtos.

78. A estrutura organizacional é a estrutura legal dos órgãos públicos, mas não podemos desconsiderar os aspectos informais que são inerentes a essas estruturas. Acerca desse assunto, marque uma alternativa que traz elementos básicos da estrutura organizacional.

- a. Treinamento e desempenho.
- b. Amplitude administrativa ou de controle.
- c. Desenho de cargos.
- d. Programas especiais de trabalho.

79. Com um baixo número de servidores, o TSE realiza um novo concurso para Analistas e Técnicos. Após a realização de concurso público e efetiva nomeação dos novos servidores, cada chefe de departamento da instituição recebeu 50 novos servidores para suas equipes de trabalho. Com base nos conceitos relativos à estrutura organizacional, é correto afirmar que essa situação permitirá

- a. uma melhor centralização.
- b. um aumento da amplitude de controle.
- c. uma maior evidenciação da hierarquia.
- d. uma redução na amplitude de controle.

80. Um diretor da área de Finanças e Orçamento recebeu a atribuição de definir os objetivos e as metas dos servidores da área, bem como de avaliar o desempenho dos integrantes de sua equipe. O diretor de em apreço exerce, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- a. Direção e controle.
- b. Organização e direção.
- c. Controle e planejamento.
- d. Planejamento e controle.

Redação
Fidelis Almeida

A reforma administrativa – PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 32 –, vem avançando na Câmara dos Deputados e, se aprovada pelo Congresso, vai mudar uma série de regras para os funcionários públicos.

O projeto, que foi desidratado pelo relator na Câmara para ter mais aceitação, é um desejo antigo de parte dos legisladores brasileiros que enxergam exageros nos benefícios aos quais os trabalhadores concursados têm direito.

Hoje, todos os servidores públicos têm estabilidade. A medida serve para proteger os funcionários contra ameaças de superiores que cometem crimes no exercício de suas funções, por exemplo.

O direito à estabilidade, porém, não define que funcionários públicos não possam ser demitidos. A ideia é que haja desligamentos, mas apenas se forem motivados pelo baixo desempenho do trabalhador.

Para isso, será criada a avaliação de desempenho, que será regulamentada posteriormente. O assunto é complexo, já que cada carreira precisa de um tipo de avaliação.

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/estabilidade-continua-beneficios-caem-entenda-a-reforma-administrativa/>. Acesso em 16 de março de 2023. Texto adaptado.

Considerando o texto motivador e seus conhecimentos, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo, entre 20 e 30 linhas, sobre os **efeitos para a sociedade brasileira da implantação de avaliação da qualidade do serviço público prestado**.

Valor: 10 pontos

Critérios de correção

Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver um texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre tema atual. Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação:

Conteúdo - até 4 (quatro) pontos:

- a. perspectiva adotada no tratamento do tema;
- b. capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto;
- c. consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento.

A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova.

Estrutura - até 3 (três) pontos:

- a. respeito ao gênero solicitado;
- b. progressão textual e encadeamento de ideias;
- c. articulação de frases e parágrafos (coesão textual).

Expressão – (até 3 (três) pontos):

- a. desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade;
- b. adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso;
- c. domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação.

A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido.

Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que:

- a. fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- b. apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado;
- c. for assinada fora do local apropriado;
- d. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- e. estiver em branco;
- f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 6 (seis) pontos. O candidato não habilitado na Prova Discursiva-Redação será excluído do Concurso.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS							
1		21		41		61	
2		22		42		62	
3		23		43		63	
4		24		44		64	
5		25		45		65	
6		26		46		66	
7		27		47		67	
8		28		48		68	
9		29		49		69	
10		30		50		70	
11		31		51		71	
12		32		52		72	
13		33		53		73	
14		34		54		74	
15		35		55		75	
16		36		56		76	
17		37		57		77	
18		38		58		78	
19		39		59		79	
20		40		60		80	

ASSINATURA
ILIMITADA

CONCURSOS, OAB E RESIDÊNCIAS

8.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | No horário das Seg. a quinta até as 22h e Sex até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora